

Professor <u>Ronaldo Veloso Naves</u> discorre sobre as pesquisas pioneiras com baru na Escola de Agronomia

Como iniciaram-se as pesquisas sobre baru na Escola de Agronomia?

A Escola de Agronomia, desde a época da sua fundação, desde os seus primórdios, vem lutando e tentando encontrar soluções para viabilizar certas atividades compatíveis com o bioma Cerrado.

Eu fui admitido como docente na instituição em 1976, no Setor de Horticultura, mais especificamente na área de Fruticultura. No começo, existiam frutas exóticas com impacto direto nas economias goiana e brasileira, como a laranja, banana e abacaxi, havendo pouca pesquisa sobre frutas nativas do Brasil.

Acontece que o Cerrado oferece uma quantidade imensa de frutíferas e de outras espécies lenhosas que têm interesse comercial, ornamental e madeireiro. De certa forma, em um primeiro momento, nós não tínhamos a atenção voltada para essas espécies. A partir de um determinado momento, principalmente na década de 1990, surgiu uma série de interesses.

Voltando um pouquinho, em 1983, a Escola promoveu um simpósio sobre babaçu, o qual já despertou um pouco de interesse sobre espécies nativas. Depois, alguns professores também começaram a cha-



mar a atenção para algumas espécies, e nós notamos que, realmente, o Cerrado típico aqui do Centro-Oeste pode ser quase considerado um pomar, um jardim, devido à oferta de frutos, embora nativos, desiguais, mas de valor potencial imenso. Então, a partir da década de 1980, começamos a fazer uma pequena coleção que tinha diversas espécies frutíferas, inclusive o baru, e a ideia era mostrar para os alunos nada mais do que isso, que aquelas espécies também existiam. A gente não costuma conservar ou gostar daquilo que a gente não conhece. Então, em um primeiro momento, a intenção era divulgar sua existência.

A partir da década de 1990, a ideia tornouse mais estruturada, e contou com a participação de várias pessoas da Escola de Agronomia, dentre elas Lázaro José Chaves, Jácomo Divino Borges, Domingos Tiveron Filho, Eli Regina Barboza de Souza, Rosângela Vera, Gilmarcos de Carvalho Corrêa e Mara Rúbia da Rocha, bem como do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UFG e de alguns programas, como o Programa Regional Integrado de Pesquisa e Extensão (PRIPE), de 1995, que incluiu a domesticação de plantas nativas do Cerrado e sua incorporação a sistemas produtivos regionais. Esse processo de organização resultou em várias teses e dissertações, visando conhecer um pouco mais sobre essas plantas.

A primeira ideia foi encontrar pessoas que estivessem dispostas a, de alguma forma, trabalhar com isso. Uma outra questão que ajudou muito foi a criação dos Programas de Pós-Graduação em Produção Vegetal e em Melhoramento Genético, cujas pesquisas, de alguma forma, foram direcionadas para plantas nativas, inclusive baru.

Em que consistiam essas pesquisas pioneiras?

Inicialmente, buscou-se conhecer a planta em seu estado nativo, onde ocorria, em que ambiente

de solo, e posteriormente transferir para a Escola de Agronomia alguns exemplares, alguns representantes de diversas regiões, com toda a variabilidade possível que essas plantas têm, ou seja, são plantas não domesticadas, e o pessoal da Genética ajudou bastante com essa parte, de forma que se pudesse conhecer essa grande variabilidade.

Quando se fala em baru, você tem desde frutos menores até frutos maiores, frutos com rendimento maior e com rendimento menor. Então, existe uma variabilidade imensa, que é natural em plantas não domesticadas.

A partir de então, começou-se a trabalhar sempre em duas frentes, quer dizer, uma voltada para a pesquisa e outra demostrando para os alunos de graduação que aquelas plantas existiam, e que era necessário trabalhar mais aquele material, principalmente junto a áreas ligadas ao turismo e gastronomia.

Quais as dificuldades enfrentadas nas pesquisas sobre baru na Escola de Agronomia?

Toda planta nativa oferece um mundo de oportunidades e um mundo de dificuldades. É uma maravilha para o pesquisador, porque, quanto mais ele acha que resolveu um problema, aparecem dois ou três problemas novos. Mas, talvez, as maiores dificuldades já tenham sido vencidas, visto que implantamos na Escola de Agronomia coleções de espécies nativas muito bem organizadas, com referências de onde saíram, de onde foi coletado esse material, o qual vem sendo, desde então, acompanhado.

O desafio agora será interagir com a iniciativa privada de uma forma mais intensa, para estabelecer campos de pesquisa fora da Escola, que é um local onde praticamente não há mais espaço disponível. É lógico que algumas pesquisas ainda são realizadas em laboratórios e estufas, mas a pesquisa de campo integrando baru e áreas de pecuária, por exemplo, que têm uma relevância muito grande, é quase inviável.

Na minha opinião, a função da Escola de Agronomia é cuidar das espécies que o Cerrado está nos oferecendo. É função da Escola tentar organizar o máximo possível de grupos de estudo voltados para as plantas nativas, agregar e criar grupos que se interessem por plantas nativas, com todas as restrições e toda a potencialidade que elas oferecem, já que atendem a condições e nichos de mercado específicos.

E uma coisa deve ficar muito clara com relação a frutíferas nativas: assim como as plantas cultivadas,

elas merecem todo o cuidado. Não dá para plantar e virar as costas. Um exemplo típico disso são projetos que incentivam o plantio de espécies nativas, as quais, logo depois, são abandonadas à própria sorte. A partir daí, o fogo toma conta, o gado toma conta, e acaba sobrando apenas a placa do projeto.

Então, eu penso que a função da Escola de Agronomia é continuar com a pesquisa, porque ela é imensa, assim como os desafios, para que a gente possa apresentar uma solução um pouco mais adequada para os nossos alunos e para a sociedade.

Houve alguma divulgação do potencial do baru junto à comunidade?

A divulgação ocorria sempre que possível, em congressos ou na própria comunidade. Só que essa é uma atividade em que a resposta da comunidade é muito objetiva. Então, houve uma grande preocupação em garantir que os nossos alunos fossem os principais divulgadores desse material, porque de nada adiantava fazer propaganda, se os alunos formados aqui não estivessem imbuídos da filosofia de que era preciso divulgar esse material. Nós entendemos que, em um primeiro momento, seria melhor treinar, seria melhor dar condições para que os alunos conhecessem mais sobre o assunto, e cada um, no seu campo de atuação, pudesse chamar a atenção para essas questões.

Se você faz muita propaganda de uma planta, as pessoas logo querem uma muda. Nem sempre é possível atendê-las, pois, às vezes, os estudos sobre elas ainda encontram-se em situação embrionária, na qual ainda estamos entendendo o seu potencial e procurando respostas. Já buscar que os alunos entendam a importância que essas plantas exercem dentro do contexto das frutas é muito importante.

Qual a importância de iniciativas como a Lei Ordinária Nº 22.387, de 20 de novembro de 2023, que dispõe sobre o reconhecimento da árvore de baru como símbolo do Cerrado goiano?

Eu penso que tudo o que possa chamar a atenção para o baru é muito importante. Hoje, há uma série de produtos, como suco, licor e a própria castanha, que tem um valor imenso, e toda a comunidade, de alguma forma, está despertando para essa questão. Além disso, trata-se de uma grande oportunidade para o turismo e fazendas ecológicas em cidades que têm

forte vocação turística, como, por exemplo, Pirenópolis, Goiás, Cavalcante, Alto Paraíso e Caldas Novas.

Quais ações seriam necessárias para popularizar o baru junto à comunidade?

O barueiro é uma planta magnífica, incluindo aí o seu valor madeireiro, sua interação com o ambiente e o seu valor enquanto produtor de frutos. O problema é que ainda existe um campo aberto muito grande voltado para a pesquisa. Eu penso que a Escola de Agronomia tem por obrigação dar suporte a essas pesquisas. Às vezes, as pessoas se preocupam muito com a propaganda em si, mas a propaganda tem que estar lastreada em uma pesquisa consistente.

Há questões ligadas à seleção de plantas, propagação vegetativa, porte, poda e tratos culturais, entre outras, porque hoje é uma planta ainda em estado praticamente silvestre, muito desigual, muito desuniforme. Isso é natural, é normal e é importante que seja assim. Mas se pensarmos em levar essa planta para uma condição de cultivo, temos que agregar conhecimento a ela. E para agregar conhecimento, só a pesquisa é capaz. Agora, isso demora um pouco,

mas não é impedimento. Trata-se de um processo contínuo. O importante é que a tacada inicial, o início, já foi feito. Ou seja, está se conhecendo a planta, apresentou-se a planta à sociedade, apresentou-se a planta à Escola de Agronomia. Agora cabe à Escola, cabe às instituições de pesquisa, trabalhar mais essa planta. O eucalipto, por exemplo, assim como o pinus, foi trabalhado durante anos para que chegasse ao estágio atual, e, da mesma forma, o baru segue o mesmo caminho, tanto com viés de madeira quanto de recomposição ambiental, bem como em relação à questão da fruta em si e à oferta de produtos derivados que ela proporciona.

Deve-se buscar enfatizar a importância que as plantas nativas exercem tanto para a fauna como para a composição da própria flora, para a melhoria das condições de uma área degradada, enfim, para tudo, mas principalmente para a própria sociedade. Deve-se apenas ter cuidado com os exageros em relação a isso, porque, às vezes, alguém pode imaginar que uma planta seja a solução para uma questão e, na verdade, não é. Mas todas são muito importantes dentro de um contexto agroecológico, considerando-se uma visão global do Cerrado, e devem ser preservadas.